

## **A microcensura dos livros dos séc. XVI e XVII através dos exemplares da Biblioteca da Ajuda (Lisboa) – Hervé Baudry**

### 1. No cruzamento da microcensura e da história do livro

Comecei a investigar na Biblioteca da Ajuda nos anos 1990 recolhendo dados bibliográficos sobre os impressos de medicina saídos das tipografias portuguesas no século XVII. A consulta de numerosos exemplares de livros nesta biblioteca como em outras do país, sensibilizou-me fortemente para a questão da censura literária inquisitorial. Não eram as cópias, sobretudo de livros médicos importados, que evidenciavam intervenções manuscritas destinadas a suprimir ou corrigir partes mais ou menos importantes de textos, que passei a chamar microcensura. Este campo em análise foi sistematicamente investigado a partir dos anos 2010<sup>1</sup>. Dos cerca de seiscentos exemplares que analisei diretamente, alargando as problemáticas e os tópicos, foram contempladas as áreas seguintes (por ordem importância): medicina e filosofia natural; antiguidade clássica; historiadores; filosofia e literatura.

Entre os exemplares possuídos pela Biblioteca da Ajuda foram consultados: 1. as obras médicas impressas em Portugal no século XVII; 2. os exemplares de livros médicos importados alvo de microcensura nos séculos XVI e XVII. No primeiro grupo, foram 18 títulos de obras impressas (mais 4 títulos de obras manuscritas), correspondendo a 32 edições (originais e reedições), sendo, cronologicamente falando, a primeira obra um tratado em Castelhana de Ambrósio Nunes impresso em Coimbra em 1601. O fundo da Ajuda conta com 22 autores de impressos da medicina seiscentista portuguesa num total de 53, ou seja 41%, o que o torna o segundo no país em termos de importância a seguir à Biblioteca Nacional.

A palavra microcensura (em Inglês *microcensorship*, *micro-censorship*, em Italiano *microcensura*) expandiu-se nos anos 1990. Em 1995, McCarthy usou o neologismo dentro do quadro antinómico macro-/microcensura: a macrocensura é a censura que, exercida de cima (*von oben*), se faz ao nível da administração central, a microcensura aquela que, exercida de baixo (*von unten*), se faz ao nível dos órgãos

---

<sup>1</sup> Hervé Baudry, *Bibliografia Médica Lusa*, in *Livro Médico e Censura na Primeira Modernidade em Portugal*, Lisbonne : CHAM Publicações (no prelo).

regionais e dos censores<sup>2</sup>. Em 2012, a palavra *microcensorship* teve a sua consagração oficial a nível mundial com a “Twitter microcensorship policy”, isto é a capacidade da empresa em remover alguns *posts* em alguns países<sup>3</sup>. Num artigo publicado em 2013, ficaram a conhecer-se as técnicas utilizadas por Weibei, o homólogo chinês do Twitter<sup>4</sup>. Nas presentes investigações, que contemplam o período que vai do século XV a XVII, a antinomia macro-/microcensura cobre duas modalidades da censura literária particularmente desenvolvidas nos países de Inquisição abrangendo os textos impressos, e também manuscritos, que são: a proibição total dum texto (macrocensura) e a proibição parcial através da expurgação (microcensura)<sup>5</sup>.

Os impressos consultados na Ajuda aqui descritos foram alvo deste tipo de censura. Trata-se de obras dos campos da medicina e da filosofia natural (ver a lista completa em anexo). Esta pequena base de dados, não exaustiva, não é representativa do total do fundo local. Para conduzir uma análise conclusiva sobre a questão geral dos livros expurgados desta biblioteca, só uma consulta sistemática dos exemplares de todas as disciplinas (teologia, direito, humanidades, outras ciências) visados pela censura inquisitorial permitiria avançar, pelo menos, com conclusões de teor quantitativo. A este propósito, convém precisar que, dado a homogeneidade de partes do fundo local com proveniência conhecida, como o do convento das Necessidades ou da congregação do Oratório, seria possível avaliar a importância dos livros censurados que constituíam o espólio original. Metodologicamente, este reparo é válido para fundos análogos. No entanto, a variedade dos casos aqui em análise e dentro das áreas mencionadas, fornece alguns elementos significativos de reflexão. Antes de falar dos exemplares, é preciso dizer que, em 99% dos casos em que é evidenciada, a microcensura inquisitorial corresponde às instruções dadas pelos índices de livros expurgados que, nas muitas edições que tiveram conforme os anos e os países, vêm a seguir aos índices de livros proibidos. A metodologia microcensória qualifica de censuras subjetivas os poucos casos anómalos<sup>6</sup>. Em Portugal, houve duas edições de índices expurgatórios, em 1581<sup>7</sup> e em 1624<sup>8</sup>. Por um lado, o que acabamos de dizer

<sup>2</sup> John A. McCarthy, Werner von der Ohe, *Zensur und Kultur*, M. Niemeyer Verlag, 1995, p. 6.

<sup>3</sup> 27.01.2012 (<https://twitter.com/nytimes/status/162960014829563904>)

<sup>4</sup> Tao Zhu, David Phipps, Adam Pridge, Jedidiah R. Crandall, Dan S. Wallach, «The Velocity of Censorship: High-Fidelity Detection of Microblog Post Deletions», in : arXiv:1303.0597v2 [cs.CY], Cornell University Library <<http://arxiv.org/abs/1303.0597>>, consulted 05.07.2017

<sup>5</sup> Baudry, 2012, Anexos 1 e 2.

<sup>6</sup> Ver Baudry, *O Livro médico, op. cit.*, 4.1.3, “Censura subjetiva”.

<sup>7</sup> *Catalogo dos livros que se prohibem nestes Regnos*, Lisboa: Antonio Ribeiro, 1581, in-4º (abreviado em ILPE 1581).

implica que os exemplares consultados em Portugal foram censurados usando um ou outro desses índices. Por outro, os livros circulavam na Península. Numerosos exemplares possuídos hoje pelas bibliotecas portuguesas vieram de Espanha e, por conseguinte, foram submetidos à microcensura espanhola, que seguia os seus próprios expurgatórios<sup>9</sup>. Analisaremos os exemplares em função do seu estatuto censurado ou não, levando assim a desenvolver a reflexão em redor dos fenómenos censórios assim como a aproveitar as informações recolhidas por essa via metodológica.

## 2. Análise microcensória dos exemplares da Biblioteca da Ajuda

Dos 18 exemplares, cinco são de quatro autores ibéricos médicos ou com ligação à medicina, uma Espanhola (Oliva Sabuco) e três Portugueses (Gonçalo Cabreira, Gaspar Sequeira e Zacuto Lusitano). Dez são de dois naturalistas do século XVI, Jerónimo Cardano e Conrad Gesner. Nos três restantes figuram dois exemplares do tratado de Nicolau Copérnico (edições de 1543 e 1566) e um do paracelsista belga Gérard Dorn.

A tabela seguinte apresenta os exemplares (dois dos quais, n.º 11 e 13, encadernados com outras obras) consultados indicando o seu estatuto censório, isto é a efetivação ou não da expurgação (abreviações: NC: sem marcas de censura; CO: com marcas de censura):

Tabela 1

exemplar		cota	estatuto
1.	Cabreira, Gonçalo, <i>Compendio de muitos e varios remedios de cirugia</i> , Lisboa, 1635	77B-II-22	NC
2.	Cardano, Hieronymo, <i>De rerum varietate</i> , 1554	37-XIII-33	CO
3.	–, <i>De rerum varietate</i> , 1580;	36-II-32	CO
4.	–, <i>De astrorum judiciis</i> , Basel, 1554	37-XII-36	CO
5.	Copérnico, Nicolau, <i>De revolutionibus orbium cælestium</i> , Nüremberg, 1543	35-XI-5	NC
6.	–, <i>De revolutionibus orbium cælestium</i> , Basel, 1566	41-X-19	NC
7.	Dorn, Gerard, <i>De vita longa</i> , Basel, 1583	37-III-44	CO
8.	Gesner, Conrad, <i>Historia animalium</i> , Liber 1,	31-XV-25	NC

<sup>8</sup> *Index Auctorum damnatae memoriae*, Lisboa: Ex officina Petri Cræsbeeck, 1624 in-fol. (abrev. ILPE 1624).

<sup>9</sup> 1584: *Index librorum expurgatorum*, Madriti: Apud Alfonsum Gomezium, in-8º (abrev. ILPE 1584); 1612: *Index librorum prohibitorum et expurgatorum*, Madriti: s.n., in-fol. (abrev. ILPE 1581); 1632: *Novus librorum prohibitorum et expurgatorum index*, Hispali: ex typographaeo Francisci de Lyra, in-fol. (abrev. ILPE 1632); 1640: *Index novissimus librorum prohibitorum et expurgandorum*, [Madrid]: Diaz, in-fol. (abrev. ILPE 1640).

	Zürich, 1551		
9.	–, L. 3, 1555	32-XV-1	NC
10.	–, L. 4, 1558	32-XV-2	NC
11.	–, L. 5, 1587	32-XV-3	CO
12.	–, L. 1, 1551	G-IX-15	NC
13.	–, <i>Icones animalium</i> , Zürich, 1560	32-XV-5	CO
14.	–, <i>De omni rerum fossilium</i> , Zürich, 1565	36-III-20	CO
15.	Sabuco, Oliva, <i>Nueva filosofia</i> , Braga, 1622	37-III-35	NC
16.	Sequeira, Caspar, <i>Thesouro de prudentes</i> , Coimbra, 1612	38-IV-2	NC
17.	–, <i>Thesouro de prudentes</i> , Coimbra, 1626	38-IV-12	CO ( <i>nota</i> )
18.	Zacuto Lusitano, <i>Opera</i> , Lyon, 1649	35-XIII-5	CO

Um inventário bibliográfico sob o ponto de vista da microcensura providencia dados de teor múltiplo que podem ser agrupados entre os exemplares censurados, de um lado, e os não censurados do outro. Este segundo grupo, que pode ser maioritário ou minoritário conforme as circunstâncias (espólio, títulos, etc.) é o que mais precauções requer na sua análise e nas tentativas de compreensão. Com efeito, não basta opor a aparente consequência do controlo dos livros: uns terão sido apanhados enquanto os outros escaparam, as quantificações supostamente indicando níveis de eficácia<sup>10</sup>. A causalidade censória não se deixa evidenciar facilmente. No caso da macrocensura, a presença dum exemplar de uma obra proibida não prova a sua leitura, ou a sua posse no período em questão; também não prova a ineficácia da censura. No caso da microcensura, somos confrontados com a presença de exemplares que “falam” e de exemplares “mudos” (que foram lidos sem mais outras marcas) ou virgens (sem marca nenhuma de leitura). A análise consiste em reunir e perceber as informações contidas nos primeiros e a tentar perceber a informação mínima ou a não informação dos segundos. Constatar que tais exemplares não foram censurados não significa nada mais do que isso. Não constitui uma explicação suscetível de complementar as informações recolhidas no primeiro grupo implicando uma análise contraditória. A microcensura baseia-se no princípio da universalidade da censura (todos os livros indexados devem ser censurados, os índices de livros proibidos tendo força de lei nos países inquisitoriais<sup>11</sup>): como explicar a presença de exemplares não

<sup>10</sup> Sobre essa questão, ver Laura Beck Varela, «¿ El censor ineficaz ? Una lectura histórico-jurídica del índice e libros prohibidos», *RJUAM*, 31, 2015-1, pp. 71-89.

<sup>11</sup> Uma “lei eclesíástica” (Bujanda, *Index librorum prohibitorum*, Montréal-Genève: Mediaspaul-Droz, 2002, p. 41).

censurados ? Começaremos, portanto, pelos exemplares não censurados da nossa lista a fim de tirar as lições possíveis.

### 2.1 A questão dos exemplares não censurados

Dado a fama da sua obra do duplo ponto de vista da história da ciência e da censura, iniciaremos com Copérnico. Sem entrar nos pormenores da história da indexação desta obra<sup>12</sup>, relembremos que a condenação romana *donec corrigatur* (proibido até que seja corrigido) deste tratado remonta ao decreto da congregação do Index (5 de março de 1616), seguido, do monitório de 1620 com as instruções para a correção da obra (*emendatio*), as quais incorrem sobre o prefácio e seis capítulos. O Index romano publicado no Index português de 1624 integra a proibição de 1616 reenviando à de Paolo Foscarini (respetivamente p. 44 e 37), o último tendo sido visado um ano antes do cientista polaco. O Index espanhol de 1632 censura os paratextos de autores protestantes, e não especificamente o tratado de Copérnico: uma carta de Georgius Rheticus na edição de 1566 e comentários de Nicolau Mulierus na edição de 1617 (Amsterdam) (respetivamente p. 410 e 770). Portanto, o conteúdo da expurgação romana não foi oficialmente recebido na Península no século XVII.

Para se chegar a uma visão da questão microcensória aplicada a uma obra em particular, é necessário pôr em perspectiva o maior número de exemplares possíveis nos fundos existentes. Em Portugal encontram-se pelo menos nove exemplares (edições de 1543, 1566 e 1617) da obra do astrónomo polaco. Estão repartidos pelas seguintes localizações, sendo quatro os exemplares abrangidos pela censura institucional (CO):

Tabela 2

Fundo	1543	1566	1617
Biblioteca da Ajuda	1 NC	1 NC	
Biblioteca Municipal do Porto	1 CO	1 CO	
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra		2 NC, 1 CO	1 NC
Academia das Ciências	1 NC		
Biblioteca Nacional		1 NC, 1 CO [Nota	

<sup>12</sup> Sobre a história da proibição, ver Mayaud,

		de proibição]	
--	--	---------------	--

A taxa de censura, que é indicada pela percentagem de exemplares com marcas de censura em relação ao total de exemplares, é frequentemente inferior à taxa de obras não censuradas. No caso de Copérnico, obtém-se uma taxa de 44,40% (ou seja, 56,60% de imunidade), conforme a grelha de cálculo seguinte:

Tabela 3

edição	total de exemplares	exemplares censurados	taxa
1543	3	1	33,3%
1566	5	3	60%
1617	1	0	0%
Total	9	4	44,4%

Os dois exemplares da Ajuda não apresentam marcas de censura. O de 1543 aparece com umas páginas parcialmente cortadas (p. 147-150, para: “75-78”) sem abranger o texto impresso e portanto esta curiosidade nada tem a ver com o nosso problema. O de 1566 é mais interessante porque põe em destaque a questão da interpretação da taxa de imunidade censória. Juntamente com dois outros (Coimbra, edições de 1566 e 1617), são três, ou seja um terço do conjunto, os exemplares que terão entrado tardiamente em Portugal, provavelmente no decorrer do século 18, remetendo para a questão de um menor controlo dos livros nesta época<sup>13</sup>. Pondo de lado estes três exemplares, obtemos uma taxa bastante mais elevada:

Tabela 4

edição	total de exemplares censuráveis	exemplares censurados	taxa
1543	3	1	33,3%
1566	3	3	100%
1617	0	0	0%
Total	6	4	66,7%

<sup>13</sup> Questão que fica em aberto dado os casos elevados de indiscutível microcensura setecentista que encontrei ao longo das consultas. *NE* – Exemplar com super-libros ("PC") tradicionalmente atribuído a Mons. Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e atualmente em estudo uma atribuição alternativa pelo Doutor Tiago Miranda, CIDHEUS-UE, conforme conferência realizada na Biblioteca da Ajuda em 21 de Junho 2017.

Neste caso, a taxa de imunidade baixa para 23,3%. Não é totalmente falso afirmar que nenhum dos exemplares de Copérnico «apresenta as expurgações exigidas pelo decreto de 1620». Mas, sem relembrar o que foi dito mais acima sobre esta censura, é errado inferir o seguinte : «não há fundamento para supor que o acesso a esta obra fosse difícil no nosso país. Na verdade, a censura da influente obra de Copérnico parece ter sido essencialmente um fenómeno patronizado pela Inquisição Romana<sup>14</sup>.»

Todos os autores acima listados (tabela 1) aparecem em índices de expurgação. No entanto, nem todos os exemplares foram submetidos à microcensura. Verifica-se a tendência (estatística) para a imunidade censória no caso do livro médico (taxa de 54%), ou seja um pouco menos de 46% dos exemplares existentes foram efetivamente censurados<sup>15</sup>. Como vimos com três dos exemplares de Copérnico, muitos não o foram porque ingressaram fundos locais por várias razões em épocas posteriores ao exercício da censura inquisitorial. Esta é a menos discutível das explicações possíveis. Alguns exemplares não censurados da nossa lista não providenciam índices que sustentem tal hipótese. Outras explicações podem ser avançadas.

A edição bracarense de Sabuco podia não figurar na lista: trata-se duma reedição já emendada conforme as instruções dos censores de 1624, enquanto as espanholas do século XVI eram sujeitas à microcensura. O mesmo reparo para o exemplar de Cabreira, cuja expurgação é instruída no mesmo Index e recai sobre as edições anteriores. Do tratado de Sequeira, só a primeira edição (1612), será alvo de censura pelos mesmos censores; portanto a de 1626, a primeira reedição corrigida, fica fora de questão. O exemplar da Ajuda merece um reparo: provavelmente aquando da sua chegada à biblioteca do Oratório, uma nota manuscrita explica que “foi expurgado e correcto conforme o Expurgatorio lusitano”, isto é, de 1624. Portanto, foi autenticado o seu estatuto de reedição limpa. Mais problemática é a não censura do exemplar da edição original (1612). São seis os exemplares localizados em outros fundos nacionais, quatro dos quais com evidências de microcensura; o segundo não censurado é um dos dois exemplares da Biblioteca Pública de Braga, aliás sem página

---

<sup>14</sup> *A Censura da Memória. Bibliotecas Destruídas e Livros Proibidos*, José J. G. Moura et alii, [Caparica]: Biblioteca UNL, 2006, p. 18-19.

<sup>15</sup> Baudry, *O Livro médico*, op. cit., 3.3, “Análise dos dados”.

de título. Na página de guarda do exemplar da Ajuda lê-se: “pertence a Província este Tesouro de Prudentes. pello P. Provincial aplicado”. A análise microcensória não tende a explicar todos os casos de não censura. Identificá-los é uma parte da sua tarefa. Este caso relembra a identidade coletiva de muitos exemplares. Após a sua morte, os livros dum jesuíta revertiam para o espólio coletivo. Seria demasiado fácil afirmar que, na altura em que este exemplar integrou o espólio da província lusitana, ninguém pensou em verificar se era permitido. A hipótese de a censura já não estar tão presente nas mentes podia ser avançada, mas com precauções e para uma data remota no século XVIII: o exemplar da Biblioteca Nacional, proveniente da antiga biblioteca de São Pedro de Xabregas, foi expurgado em 1720. Uma outra hipótese é a da aplicação duma regra a este exemplar, quiçá de leitura limitada. Uma coisa é certa: não basta explicar uma não censura pela ausência ou ineficácia da censura.

Gesner já estava totalmente proibido desde 1559; começou a ser expurgado pelos censores de Lovaina em 1571. Chegam a 80 as instruções para microcensura de vários textos deste autor conforme o Index espanhol de 1612 e 74 no português de 1624. Enquanto os três exemplares, de proveniência desconhecida, possuídos pela Biblioteca Nacional, foram escrupulosamente censurados, os sete da Biblioteca da Ajuda permitem fazer uma correlação exata entre a proveniência e a taxa de censura, como o mostra a tabela seguinte:

Tabela 5

número de exemplar na Tabela	proveniência	estatuto	taxa
1			
1, 2, 3, 5	Convento das Necessidades (Congregação de Oratório)	NC	0%
4, 6, 7	Lopo Soares, depois São Roque (Companhia de Jesus)	CO	100%



A questão já aludida da não efetivação da microcensura deve ser encarada aqui como uma séria hipótese no caso da biblioteca das Necessidades, uma vez que o convento foi fundado em 1745<sup>16</sup>. A casa professa (SJ) de São Roque remonta ao século XVI; em dois dos três exemplares leem-se menções de expurgação com as datas de 1617 e 1626 (sobre a questão das circunstâncias espaço-temporais da microcensura, ver o caso de Zacuto na tabela 6, *infra*).

## 2.2 Os exemplares censurados

Aqui, a questão incide sobre os moldes e os conteúdos da microcensura. Conforme os títulos, é abordada relativamente ao fenómeno inverso como vimos no ponto anterior. A taxa de expurgação maciça num autor como Amato Lusitano chega a 72% dos exemplares existentes, o que é uma taxa elevadíssima<sup>17</sup>. A presente secção debruçar-se-á sobre dois autores: o Italiano Cardano e o Português Zacuto Lusitano.

Os três exemplares de Cardano refletem a atuação normal bem rodada do controlo dos livros. Este médico da 2.<sup>a</sup> classe (católico mas com algumas obras censuráveis) está na alçada dos censores desde o catálogo parisiense de 1551. A primeira expurgação profunda aparece no (único) expurgatório italiano de 1607 e depois no Index espanhol de 1612. A expurgação portuguesa de 1624, que põe fim à macrocensura de 1581, reproduz o texto de 1612. Sabe-se, em particular, que o *De rerum varietate* de 1557 foi expurgado em 1615 seguindo este último Index, tendo sido lembradas as outras proibições, como o indica a nota manuscrita na página de título: “*Prohibetur per catalogum Regni Lusitaniae Expurgatum iam est volumen hoc iuxta Catalog. Rom.[anum] et Hisp.[anicum] [1]615. 24. Augusti. sed exacte delenda sunt quod interjetis papyris habentur*”. No Index de 1612 estão previstas ao todo 92 correções nesta obra, tarefa que foi cumprida rasgando as passagens visadas e cortando partes de folhas ou folhas inteiras.

O segundo caso é o de Zacuto Lusitano (Lisboa 1575–Amsterdão 1642). O exemplar da Ajuda, num de total de 36 localizados noutros fundos, foi exibido em 1904 numa exposição organizada por Ramalho Ortigão, então diretor da Biblioteca, que contava com 146 obras médicas. Um catálogo manuscrito, com notas em francês, dá pormenores sobre os conteúdos. Entre elas, duas faziam parte dos livros proibidos,

<sup>16</sup> Outro exemplo : o Luciano (Paris, 1615) e o Diógenes Laércio por Isaac Casaubon (Londres, 1664), exemplares provenientes da livraria do colégio de Santa Rita em Coimbra, fundado em 1755 (hoje na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

<sup>17</sup> Baudry, *O Livro médico, op. cit.*, 3.3.3, “Mais de nove exemplares (de Wecker a Amato Lusitano)”.

além de Zacuto, um tratado de Henrico Pantaleone (1581), um herege, portanto autor da 1.<sup>a</sup> classe<sup>18</sup>. Ortigão mostrou-se um defensor da liberdade de expressão e da imprensa, era um admirador da Inglaterra, da Holanda e dos Estados Unidos da América. Escreveu no segundo capítulo de *O Movimento literário e artístico*:

A indecência, a obscenidade, a pornographia é o fructo clandestino dos regimens de oppressão, dos prelos policiados, da imprensa submettida á censura régia, á censura catholica, ao Desembargo do Paço, e ao Santo Officio<sup>19</sup>.

O exemplar da Ajuda, que pertenceu a João de Carvalho Rodarte, aluno de medicina em Coimbra de 1682 a 1688, foi censurado porque, segundo Ortigão, o autor era judeu<sup>20</sup>. Esta explicação pode ser comparada com uma mais recente: num estudo dos três exemplares da Biblioteca Municipal do Porto<sup>21</sup> (doravante BMP), Júlio Costa escreveu que «Zacuto não escapou à intolerância do revedor, mesmo nas suas obras póstumas<sup>22</sup>».

A abordagem segundo a metodologia da microcensura leva a reconsiderar ambas as asserções. Conforme o princípio legalista acima referido, as intervenções censórias exercidas nos textos de centenas de autores, observadas nos impressos (e às vezes, nos manuscritos), seguem as instruções contidas nos índices. Nesta tabela são recolhidas informações relativas às práticas microcensórias no fim do século XVII em cinco exemplares das obras de Zacuto (num total de 29 com dados microcensórios específicos):

Tabela 6

exemplar	fundo	edição	microcensura		
			data	lugar	efetivação
1	[FMUC	1644	1689	Coimbra (Santa Cruz)	NC, CS]
2	BAJ	1649	n.d.	[Portugal ?]	CO
3	BNP	1649	1687	Espanha (qualificador frei Jacinto Durán)	CO
4	BNP	1657	1679	Espanha (expurgado por Joan de Alezebro)	CO
5	FMUL	1657	n.d.	Espanha	CO

<sup>18</sup> Consta do catálogo dos livros de São Roque, 1760, fl. 22v.

<sup>19</sup> Ramalho Ortigão, *As Farpas*, 1889, pp. 38-39.

<sup>20</sup> «l'auteur était juif» (*Catálogo Ramalho Ortigão*, nº 53).

<sup>21</sup> Dois dos quais foram censurados: *Opera Omnia*, 1649 e 1657.

<sup>22</sup> Júlio Costa, *Humanismo, Diáspora e Ciência*, 2013, p. 266.

Os exemplares 4 e 5 evidenciam práticas microcensórias anteriores à primeira indexação impressa de Zacuto no Index espanhol de 1707<sup>23</sup>. Nos arquivos da Inquisição espanhola encontra-se uma censura de Zacuto datada de 1680<sup>24</sup>. Não tendo ainda podido consultar este documento, ignoro se corresponde àquela feita por Joan de Alezebro no ano anterior (exemplar n.º 4). Eis o texto das seis instruções na sua primeira impressão, reproduzido pelas duas edições seguintes (1747 e 1790):

Zacutis Lusitani Medici opera sic corrige :

1. In prima operis fronte in utroque tomo apponatur nota Auctoris damnati opus verum cum expurgatione permissum.
2. In primo tomo in praefactione p. 2 deleantur, novem lin. A verbis illis : *Ea est huius* ; usque ad, *reduxisse indus*.
3. In eadem praefactione pag. 6 utriusque editionis deleatur, *Salmacio Elogium scientiarum Phoenix*.
4. Et pagin. Sequenti elogium Gesnerii operum miris sane encomiis celebranda invita Auctoris praefixa primo tom. § *sed o nimis* deleatur a verbis : *Atrociamque*, usque ad, *vis maior*.
5. In 2. Tomo pag. Primae edit. 448 et secundae 456 deleatur totum caput primum, quod incipit : *Magnum opus*, usque ad finem.
6. In indice rerum, et verborum secundi tomi deleantur verba illa : *Hymni Deos magis placant, quam sacrificia*.

O exemplar da Ajuda apresenta-se com o retrato rasgado. O mesmo observa-se em exemplares da BMP e da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; noutros exemplares falta esta página. Tal como a supressão de passagens escritas, a prática do retrato rasgado encontra a sua razão nos índices. Os retratos de Erasmo ou de Paracelso, por exemplo, são alvo da mesma prática. É uma variante da regra da supressão do nome do herege nos títulos, teorizada em 1576 por Johannes Baptista Cardona<sup>25</sup>. Lê-se em 1624 na regra VII do índice lusitano dos livros proibidos<sup>26</sup> a seguinte instrução genérica: «Prohibemse [...] quaesquer retratos, ou quadros de authores condenados, como de Erasmo, Munstero, etc.<sup>27</sup>».

Deste modo, conforme o princípio metodológico da microcensura institucional, as explicações dadas por Ortigão e Costa pecam por imprecisão. O motivo dado pelo primeiro acerca do retrato rasgado por Zacuto ser judeu, o que o próprio reivindica na

<sup>23</sup> *Novissimus librorum prohibitorum, et expurgandorum index*, Matriti: ex typographia Musicae, 1707, in-fol., t. 2, p. 324.

<sup>24</sup> «Censura de las obras póstumas de Zacuto Lusitano» (Paz y Meliá, *Catálogo abreviado de papeles de Inquisición*, 1914, nº 1275).

<sup>25</sup> *De expungendis haereticorum propriis nominibus*, Roma: apud Josephum de Angelis, 1576.

<sup>26</sup> ILP lusitanien, p. 82-3.

<sup>27</sup> cf. regra XI ILPE 1612 e X ILPE 1632.

sua obra<sup>28</sup>, só indiretamente responde à questão. Considerado um autor da 1.<sup>a</sup> classe pelos censores de 1707, qualquer representação do seu rosto deve ser riscada. Por outro lado, não basta falar da intolerância do censor. A explicação psicologizante dada por Costa assemelha-se à do médico Dov Front sobre as obras de Amato Lusitano : vê nas múltiplas intervenções nos textos reações subjetivas da parte do censor, tais como a opinião pessoal ou a irritação<sup>29</sup>. De facto, enquanto cumpre a sua tarefa expurgativa, o revedor não precisa de ter estados de alma mas sim dum Index. Esta é a lição da metodologia da microcensura se quisermos perceber *o que* aconteceu ao darmos-nos com fenómenos corretivos deste tipo: nenhuma arbitrariedade preside à manipulação dos textos. *O como* da execução levanta outras questões<sup>30</sup>. Ao efetuar a sua tarefa, o censor não age por si próprio nem por intolerância, um conceito que se aplica à problemática histórico-cultural da censura em geral. Isto significa que a psicologia não resolve as nossas questões. Conclua-se lapidarmente: em termos de microcensura, estamos perante dois tipos de livros: os que censuram, os que são censurados. É um capítulo das burocracias bibliográficas.<sup>31</sup>

Não se pode generalizar a partir destas análises. Mas confirmam a forte tendência para a expurgação das obras científicas indexadas, observável nos outros fundos, portanto um controlo dos livros bastante apertado ao longo dos séculos XVI a XVIII. No caso dos exemplares da Ajuda, de proveniência maioritariamente conventual, tratava-se de limpar os textos para uma leitura segura, como às vezes se lê nos exemplares: “*tuto lege*” (lê sem perigo). No entanto, entre os que foram consultados, encontra-se um número significativo proveniente duma biblioteca privada do século XVI.

### 3. Membros esparsos duma livraria quinhentista

---

<sup>28</sup> “*Nam hebraeus sum, et peregrinus*” (*Peroratio in Operum tomus primus*, Lyon: Huguetan fils et Ravaud, 1649, p. 984). Foi confrontado com o antissemitismo de alguns dos seus detratores, como Vopiscus Plempius ou Thomas Bartholin (ver Maximiano Lemos, *Zacuto Lusitano. A sua vida e a sua obra*, Porto: Tavares Martins, 1909, cap. 10).

<sup>29</sup> Front, Dov, “The Expurgation of the books of Amato Lusitano,” *The Book Collector* 47 (1998), p. 524; “The Expurgation of Medical Books,” *Sixteenth-Century Spain Bulletin of the History of Medicine*, Volume 75, 2 (2001), p. 296.

<sup>30</sup> Baudry, *O Livro médico, op. cit.*, 4.2, “Estilos de microcensura”.

<sup>31</sup> Encontrei ulteriormente o uso desta expressão num contexto diferente mas com um significado próximo, numa comunicação de Edith W. Clowes (University of Kansas), “Beating the Bibliographical Bureaucracy: Gaining Access to Soviet Libraries and Archives”, Purdue HSSE Library Colloquium Series, March 17, 1988.

Seis dos 18 exemplares listados na tabela 1 pertenceram a Lopo Soares de Albergaria<sup>32</sup> e foram integrados na biblioteca da casa professa de São Roque. Documentos antigos dizem que foi “muita<sup>33</sup>”. Segundo uma peça analisada por Teófilo Braga, foi reivindicada pelo colégio das artes de Coimbra<sup>34</sup>. Estes exemplares devem ser juntos aos 24 títulos possuídos pela BNP, quase exclusivamente obras de religião (uma de medicina), e que também foram doados pelo proprietário à casa professa de São Roque em Lisboa. Os exemplares da Ajuda com esta proveniência particular ilustram o lado naturalista (por referência à filosofia natural) do espólio com duas edições de Cardano (tabela 1, n.º 2, 3), três de Gesner (n.º 11, 13, 14) e uma do paracelsista alemão Gerard Dorn (n.º 7).

Quem era Lopo Soares? Fica bastante desconhecida a sua biografia, ao contrário do seu homónimo que foi o terceiro governador da Índia (c. 1460- c. 1520). Jesuíta, doutorado, Lopo Soares parece ter sido algum tempo reitor da Universidade de Coimbra em 1576<sup>35</sup>. Em 1580, é inquisidor em Évora e foi, *in extremis* bispo de Portalegre, tendo falecido em 1596 antes de receber as bulas. Homem de livros e também, por um tempo, de armas. O facto mais marcante foi de ter sido preso pela Inquisição de Lisboa em outubro de 1580 e libertado seis meses depois, em abril de 1581, ao abrigo do perdão geral<sup>36</sup>. A questão era a sua participação no levantamento em favor de Dom António, Prior do Crato, que fora aclamado rei em 1580 contra as pretensões de Felipe II de Espanha.

Todos esses exemplares foram censurados ou levam marca de verificação do seu estatuto conforme as instruções dos índices. Não nos é indiferente que Lopo Soares tenha pertencido à Companhia de Jesus e desempenhado funções na Inquisição de Évora: são duas circunstâncias que falam contra a ignorância das obrigações em matéria de livro proibido. No entanto, possuir livros não implica tê-los lido. Uma biblioteca pode retratar indiretamente o seu proprietário. Mas, a não ser que dispunhamos por um lado dum catálogo completo e por outro de provas de leituras efetivas, é altamente incerta qualquer ilação entre os livros e o seu dono. No entanto,

---

<sup>32</sup> Assinalemos a este propósito duas importantes bibliotecas privadas, a de D. Teotónio, duque de Bragança (ver Ana Isabel Buescu, «A livraria de D. Teodósio (1510-1563?), duque de Bragança», in *Ler história*, 65 (2013), p. 59-73 ; e do arcebispo D. Teotónio de Bragança (Belmiro F. Pereira, «Duas bibliotecas humanísticas», in *Humanitas*, 47 (1995), p. 845-61).

<sup>33</sup> *Olisipo. Boletim*, 3 (1940), p. 10.

<sup>34</sup> *História da Universidade de Coimbra*, vol. 2, p. 363.

<sup>35</sup> *Collecção*, 1727.

<sup>36</sup> Inquisição de Lisboa, proc. 2184; parece ser o único processo inquisitorial ligado aos eventos; resumo in Marcocci e Paiva, *H.I.*, 2013, p. 131.

como não imaginar o seguinte: este homem de Igreja possuía obras proibidas, ou as escondia, ou obteve largas licenças de leitura. A única certeza é que estes exemplares estavam no seu espólio e foram registados depois da doação. Uma linha de interrogações visa determinar, uma vez que os cinco exemplares foram devidamente censurados, as circunstâncias da expurgação, isto é saber se a microcensura foi efetuada antes ou depois da doação.

As intervenções censórias dentro dos livros podem ter sido feitas em alturas variadas. Já vimos acima as principais etapas da censura de Gesner e Cardano: são autores conhecidíssimos no campo da filosofia natural. O primeiro publicou também uma das primeiras bibliografias modernas, a *Bibliotheca Universalis* (1545-1555), que foi utilizada para a composição do primeiro Index romano (1559)<sup>37</sup>. Quanto a Dorn, a sua indexação para expurgação só se dá a partir do Index castelhano de 1632. A sua presença nesta livraria, obra única deste autor até agora localizada no país, intriga por se tratar aqui do editor do *De vita longa* de Paracelso (Dorn também publicou vários tratados de alquimia). Como o indica o Index de 1624, a obra é permitida mas impõe-se a nota de autor danado na página de título<sup>38</sup>. Tarefa cumprida neste exemplar mas, segundo parece, posteriormente à doação que foi feita na altura do seu ingresso na «Livraria publica» (de São Roque). Este reparo vale também para os Cardano (n.º 3, 4<sup>39</sup>). Deste modo, o exemplar levanta a questão da primeira receção do paracelsismo. Mas, desprovido de marcas de leitura interna e na ausência de outros indícios, como escritos pessoais, esta receção deve ser recuada, pelo menos, até aos meados do século XVII<sup>40</sup>. Origem e destino incertos: este exemplar só fala por si enquanto prova de circulação do Norte da Europa para o Sul.

Todos esses dados não permitem afirmar que o inquisidor de Évora possuía livros já «limpos e examinados», para retomar a expressão dos censores<sup>41</sup>. Só se pode deixar em aberto a hipótese de que parte da sua biblioteca serviu de acervo de livros

<sup>37</sup> De Bujanda, J.-M., *Index de Rome, 1557, 1559, 1564*, Sherbrooke: Éd. de l'Université de Sherbrooke, 1990, p. 119-120.

<sup>38</sup> “Autor damnatus sed permissus” (ILPE 1624, p. 179).

<sup>39</sup> Exemplar com notas de proibição e de expurgação nas páginas de guarda e de título que depois foram rasgadas; fica ímune uma nota de conformidade (“iam correctum” [?]) da “Livraria publica” (sete intervenções foram feitas no texto, rasgando e cortando páginas). Esta expurgação não aparece instruída pelos índices ibéricos do século XVII; dois outros exemplares (BNP, 1554 e BMP, 1578) apresentam-se ímunes.

<sup>40</sup> Ver Baudry, “Alchimie, distillation et paracelsisme au Portugal au XVII<sup>e</sup> siècle” in *Cronos*, Valencia, 2, n.º 2 (1999), p. 245-260; “The question of the early reception of Paracelsus and Paracelsianism in Portuguese medicine”, Londres: The Warburg Institute (forthcoming).

<sup>41</sup> ILPE 1581, fl. 25v.

apreendidos e que, sempre sob controlo apertado, continuaram a sua vida noutros locais.